

Digitofagia e digitoemia. Percursos da mídia tática no Brasil

Márcio Ferreira de Araújo Jr.⁴⁴

Resumo: A presente reflexão pretende discutir um efeito da convocação à participação na internet e no desenvolvimento de programas com código fonte aberto, seja para usufruir de sua utilidade, seja para contribuir para o aperfeiçoamento de protocolos e programas. Tentando identificar por quais percursos transitar no intuito de criar ruídos na comunicação e na economia de fluxos eletrônicos que compõem a sociedade de controle. Além disso, problematizando: 1. a participação no desenvolvimento dos softwares e mídias de código fonte aberto; 2. a adesão a programas governamentais de inclusão digital. Para finalizar, o artigo procura localizar certos dispositivos de captura e de contenção política diante dos investimentos estatais e privados em políticas sociais voltados para inclusão digital.

Abstract: The present reflection intends to discuss an effect of the convocation to internet participation and on the development of open source code programs, including either the advantages of its utilities or the contribution to the improvement of protocols and programs. The article tries to identify which pathways one should take for the purpose of causing an impact on the communication and economy of the electronic flows that aggregate the society of control. Furthermore, questioning: 1. the participation in the development of softwares and media of open source code; 2. the adhesion to governmental programs for digital inclusion. To sum up, the article seeks to locate certain tools of capture and of political containment toward governmental and private investments in social policies that aim at digital inclusion.

Claude Lévi-Strauss faz a distinção entre dois tipos de sociedade, as que praticam a antropofagia — pois acreditam que a absorção de certos indivíduos detentores de forças

⁴⁴ Bacharel em Ciências Sociais pela PUC-SP, mestrando em Ciência Política pelo Programa de Pós Graduação da PUC-SP e bolsista pela FAPESP.

temíveis é a única forma de neutralizá-las aproveitando-lhes a energia, tanto efetivamente quanto simbolicamente — e aquelas que praticam a antropeomia — e diante do mesmo problema escolhem como solução a expulsão do corpo social, mantendo temporária ou definitivamente isolados, sem contato com a “humanidade”, os seres e grupos temidos, trancafiados em “reservas territoriais”. Dada a situação em que nos encontramos podemos supor que nossa sociedade é antropeômica ao invés de antropofágica e para isso basta olharmos para a situação de nossas periferias e o crescimento da população carcerária.⁴⁵

Considerando o que foi dito anteriormente é conveniente também analisar mais detalhadamente o movimento de *software* livre e uma possível cultura e ética *hacker* associadas a este. Evitando discutir, devido a falta de tempo, se a acepção correta e original do termo *hacker* não corresponde ao perfil do tal *pirata informático* ou a *cibervândalos*, os quais invadem ilegalmente redes privadas e destroem ou alteram os dados encontrados e são, por isso, conhecidos como *crackers*.

Originalmente, a palavra *hack* servia para designar soluções inovadoras, inventivas e pouco ortodoxas para problemas tecnológicos. Assim, de maneira geral poderíamos dizer que o termo suscita a conotação de que o *hacker* obtém prazer na criação de programas — em oposição a ser motivado pelo sentido de dever profissional ou por recompensas econômicas. Josephine Berry chega a dizer que os *hackers* são “o primeiro movimento social intrínseco à tecnologia digital que impulsionou a atual era da informação.”⁴⁶ Enquanto em *Hackers: Heroes of the Computer Revolution* — 1984 —, Steven Levy enumera pela primeira vez os princípios da ética *hacker*:

⁴⁵ “É preciso manter populações confinadas em seus territórios, outras em regime de guerra pela restauração de antigos territórios, mas acima de tudo sendo reformadas. É a hora da segurança no seu espaço longínquo, pobre desinteressante, cheio de pessoas desinteressantes, cercados por pastores, policia e bandidos, em regime de constante insegurança.” Edson Passetti. “Ecopolítica” in *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Editora Cortez, 2003, p. 46. “Comparada com a maioria das indústrias, a do controle do crime ocupa uma posição privilegiada. Não há falta de matéria prima: a oferta de crimes parece inesgotável. Também não tem limite a demanda pelo serviço, bem como a disposição de pagar pelo que é entendido como segurança. E não existe os habituais problemas de poluição industrial. Pelo contrário, o papel atribuído a esta indústria é limpar, remover os elementos indesejáveis do sistema social. Nils Christie. *A indústria do controle do crime – a caminho dos GULAGs em estilo ocidental*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1998.

⁴⁶ Josephine Berry. “Bare Code: Net Art and the Free Software Movement”, *Artnodes*. UOC. Disponível em <http://www.uoc.edu/artnodes/eng/art/jberry0503/jberry0503.html>.

- O acesso aos computadores — e a tudo aquilo que te possa ensinar qualquer coisa sobre o modo como o mundo funciona — deve ser ilimitado e total;
- Toda a informação deve ser livre;
- Desconfia da autoridade — promove a descentralização e participação voluntária;
- A reputação dos *hackers* será definida pelo modo como fazem *hacking*, e não por critérios tais como graus acadêmicos, idade, raça ou posição social;
- Pode criar arte e beleza num computador;
- Os computadores podem mudar a vida para melhor;

Como nos lembra Facundo Guerra é “por conhecerem os meandros protocolares como poucos, que os hackers levam os protocolos a um estado de hipertrofia. Hackers são criados pelos protocolos e, em um determinado sentido, as linhas de fuga são protocolares, assim como a resistência gerada por estas.”⁴⁷ É o prazer, o jogo e a dedicação a uma paixão que constituem para os primeiros *hackers* as suas principais motivações. Como referiu Linus Torvalds na primeira mensagem pública em que anunciou a criação do seu sistema operacional: “O Linux tem sido em grande medida um *hobby* — mas um *hobby* sério, o melhor de todos”⁴⁸. Enfim, podemos dizer que na versão *hacker* de tempo flexível, as diferentes áreas da vida como o trabalho, a família, os amigos, os “*hobbies*”, etc., são combinadas com menos rigidez de tal forma que o trabalho nem sempre ocupa o centro ao mesmo tempo em que está presente em todos os momentos da vida.

O intuito desta reflexão é identificar alguns dispositivos utilizados pelo controle, de saber com que outras forças estão em relação as forças do homem. Pois “[...] parecemos, entretanto, que, em sua dispersão respectiva, o trabalho e a vida só puderam se reunir — cada um deles — numa espécie de descolamento face à economia ou à biologia [...] Foi preciso que a biologia saltasse para a biologia molecular, ou que a vida dispersa se reunisse no código genético [...], que o trabalho dispersado se reunisse nas máquinas de

⁴⁷ Facundo Guerra Rivero. *Política e resistências protocolares. Torções e reforços no diagrama da sociedade de controle*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, 2006.

⁴⁸ Miguel Afonso Caetano. *Tecnologias de resistência. Transgressão e solidariedade nos Media Táticos*. Dissertação de mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2006, p. 73.

terceira geração, cibernéticas ou informáticas. Quais seriam as forças em jogo, com as quais as forças do homem entrariam então em relação?”⁴⁹ Tentando identificar por quais percursos transitar no intuito de criar ruídos na comunicação e na economia de fluxos eletrônicos que compõem a sociedade de controle. Por isso considero pertinente perguntar até que ponto somos “digitofágicos” ou “digitoêmicos”. Pois no processo de desterritorialização, tão cara a antropofagia, não podemos ser identificados, nomeados ou classificados pelo Estado. E muito menos sermos minoria que deseja ser maioria, pois isso também é prerrogativa do Estado. Então a resistência deve operar como difusão de comportamentos resistentes, através do êxodo. Fuga dos espaços colonizados pelo poder, tendo em vista que não devemos almejar o lugar mesmo do poder, ou nos apaixonarmos por ele. Para tanto devemos praticar a arte do desaparecimento — ou “ânsia de poder como desaparecimento”⁵⁰, da desterritorialização, da fuga nômade⁵¹ que evita os itinerários e subvenções estatais.

O Estado é habitado por forças reativas e por isso precisamos abandonar suas estruturas. Império de forças as quais obstaculizam o que é potente, afirmativo e vivo. A resistência que se conforma ao mesmo torna-se o mesmo. Força reativa. Por isso a resistência a partir da conformação às forças estatais, seja através de subvenções quanto da institucionalização via ONGs operam como dispositivo de conservação e manutenção da ordem.

Portanto, não se trata de pensar em democratizar os meios. Não se trata de ser uma alternativa, pois ela nada mais faz do que repor ou redimensionar a ordem. E o que temos é uma resistência reativa fortemente vinculada à identidade e, portanto, a digitoemia. Enquanto na digitofagia o que teríamos seriam resistências ativas as quais pressupõem a diferença. As quais podem tanto configurar-se como resistência(s), como podem funcionar como legitimadoras da sociedade de controle na medida em que aderem a linguagem da

⁴⁹ Deleuze, Gilles. “Sobre a morte do homem e o super-homem” in *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005, pp. 132-142.

⁵⁰ Bey, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001, p. 55.

⁵¹ “[...] o real foge por todos os buracos da malha, sempre demasiado larga, das redes binárias da razão [...] a idéia de que essa fuga é ela mesma um objeto privilegiado do pensamento indígena.” Viveiros de Castro, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac e Naify, 2002, p.17.

ordem. Por isso devemos tomar cuidado ao falarmos em democratização dos meios ou da internet. Pois a internet não é um espaço de democratização e sequer precisa ser. Democracia é um termo caro à sociedade de controle em que todos são convocados a participar e compor os fluxos eletrônicos.⁵² Democratizar o acesso à mídia com subvenção estatal, por exemplo, não é digitofágico e sim digitoêmico tendo em vista que “inclui” no controle ao invés de criar ruídos. Recoloca as pessoas nos fluxos ao invés de possibilitar a emergência de contra-fluxos. Ao contrário do que insinua Pierre Lévy ao dizer que o “computador (ou ciberespaço) faz a consciência humana passar a um nível superior, isto é, permite-lhe entrar em contato consigo mesma e se unificar — aqui e agora — na escala da espécie. [...] Liberados da razão e do cálculo pelo computador, estamos reunindo nossa inteligência coletiva. Faremos isso até que descubramos juntos o que há de mais universal, de mais eterno e de mais concreto, o instante presente, a luz que nele brilha e queima perpetuamente, o fogo único da consciência.”⁵³

Uma característica importante do movimento de Software Livre no Brasil é a estreita relação que mantém com as grandes corporações que, além de doarem computadores para experiências de inclusão digital também compartilham soluções, principalmente no que tange ao aperfeiçoamento do Linux e seus aplicativos.

Portanto, se é justamente na passagem da primeira metade do século XX para a segunda que emergem as práticas de controle identificadas por Deleuze, as quais funcionam por controle contínuo, regulamentando a vida, implantando novas sanções, tratamentos, educação e trabalho, enfim, podemos considerar que novas formas de “governamentalidade” emergem e se conectam com as técnicas disciplinares e biopolíticas. Trata-se de uma nova superfície de suporte, auxiliada por instrumentos diferentes e também novos.⁵⁴ É “preciso participar e é por este ato que uma pessoa se faz reconhecer viva. Não é mais produzindo num local. Na sociedade de controle se produz participando da criação, gerenciamento, superação, reforma ou acomodamento de programas e suas diplomáticas interfaces numa via eletrônica. É uma produção na qual se

⁵² Edson Passetti. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

⁵³ Pierre Lévy. *A conexão planetária*. São Paulo: Editora 34, 2001, pp. 147-148.

⁵⁴ Michel Foucault. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 289.

participa em diversas partes, por pedaços (bits).”⁵⁵

Atualmente vivemos um impasse. De um lado, uma economia que se baseia na possibilidade do exercício da propriedade privada em relação aos novos conhecimentos — propriedade intelectual, patentes, direitos de autor — a qual permite a sua exploração comercial — via concessão, licença, etc. Ao mesmo tempo, essas economias dependem da criação permanente de conhecimentos que não podem difundir-se senão através da livre circulação, da impossibilidade da sua apropriação privada e de acordo com um modelo não-comercial. Assim, por meio das diversas modalidades de licença, temos uma recodificação do próprio capital, considerando também, a hipótese de Antonio Negri, para o qual a “ação política voltada para a transformação e libertação só pode ser conduzida hoje com base na multidão”⁵⁶, pois “designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum”⁵⁷. O que essas singularidades compartilham e produzem em comum é mobilizado contra o poder imperial do capital global: “nessa economia afetiva, a subjetividade não é efeito de superestrutura etérea, mas força viva, quantidade social, potência psíquica e política.”⁵⁸ Portanto, se nos séculos XIX e XX temos a hegemonia do trabalho industrial, este começa a perder forças, a partir da segunda metade do século XX, para o “trabalho imaterial”, e seus produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, comunicação e afetividade. Essa relação também é responsável pela emergência da biopotência da multidão⁵⁹, segundo Negri e Hardt, redimensionando a noção de biopolítica de Foucault. Assim, se até a metade do século XX o capital fornecia aos trabalhadores assalariados os instrumentos de trabalho e com isso exercia dominação sobre eles, quando o cérebro humano não só reapropria como se transforma no instrumento de trabalho, o capital perde possibilidades de articulação sobre a multidão.

Consideradas as hipóteses acima, a digitoemia aparece não como dicotomia em

⁵⁵ Edson Passetti. *Anarquismos e Sociedade de Controle*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 47.

⁵⁶ Michael Hardt. Antônio Negri. *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. São Paulo: Editora Record, 1995, p. 139.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Peter Pál Pélbart. *Vida Capital*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 23.

⁵⁹ “A biopolítica não mais como o poder sobre a vida, mas como a potência da vida”. Peter Pál Pélbart. *Vida Capital*. São Paulo: Iluminuras, 2003, p. 25.

relação à digitofagia, mas como possibilidade numa relação. Conscientes de que em alguns casos os usuários são também programadores, e são convocados a dirigir a sua inteligência enquanto trabalhadores imateriais para o aperfeiçoamento dos Softwares.

Deleuze acreditava que, “em sua dispersão respectiva, o trabalho e a vida só puderam se reunir — cada um deles — numa espécie de descolamento face à economia ou à biologia [...] Foi preciso que a biologia saltasse para a biologia molecular, ou que a vida dispersa se reunisse no código genético [...], que o trabalho dispersado se reunisse nas máquinas de terceira geração, cibernéticas ou informáticas. Quais seriam as forças em jogo, com as quais as forças do homem entrariam então em relação?”⁶⁰

Por isso devemos problematizar a participação na internet e desenvolvimento de softwares, seja para usufruir de sua utilidade, seja para contribuir para o aperfeiçoamento dos protocolos e programas. Pois alguns percursos nos mostram o processo de fortalecimento de corporações e do Estado e localiza certos dispositivos de captura e de contenção política. Para isso devemos problematizar os agenciamentos em questão, pois como nos alerta Deleuze, “o princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for reportado a um agenciamento que a máquina supõe. A máquina é primeira em relação ao elemento técnico: não a máquina técnica que é ela mesma um conjunto de elementos, mas a máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão e compreensão.”⁶¹

⁶⁰ Gilles Deleuze. “Sobre a morte do homem e o super-homem” in Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2005, pp. 132-142.

⁶¹ Deleuze, Gilles e Guattari, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. 5. Trad. Peter Pál Pélibart e Janice Caiafa. São Paulo, Editora 34, 1997.